

ATA DA 313ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 16/01/2025

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

PAULO ROBERTO BELINELO

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

PAULO ROBERTO BELINELO - (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADÃO DO CARMO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARCIONÍLIA NUNES DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

MARIA DE FÁTIMA ALVES MARTA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

CIRLENE SOUZA MACHADO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

Representantes dos Movimentos Sociais e Comunitários

GABRIEL MOTTA SOUSA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

IVALDA RODRIGUES DE SOUZA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ALEX WILLIAM SOUSA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOSÉ LUIZ DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologia

CARLOS MIGUEL DE FREITAS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

APARECIDA BENEDITA FRANCISCO DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representante da Pessoa com Deficiência

Representante das Centrais Sindicais

Representantes dos Trabalhadores em Saúde

IVONILDES FERREIRA DA SILVA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÉRICA TIE MIAI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

AMÉLIA DALVA RIBEIRO SOARES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

VALÉRIA LUZIA FERNANDES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes dos Conselhos Função Fim

ROSEMEIRE SENA LOPES - (TITULAR) - REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

REINALDO CÉSAR YOSHINO DE LIMA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

DURVAL RODRIGUES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representantes dos Conselhos Função Meio

FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO

Representantes da Associação dos Profissionais Liberais

NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

PRISCILA PEREIRA TANCREDI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes da Universidade Pública

IVALDO SILVA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representante da Universidade Privada

PAULO ROBERTO NARVULLE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

NEUSA FUKUYA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA

Representante do Prestador Lucrativo

Representantes Prestador Filantrópico

MARIA ISABEL RIBEIRO DE CAMPOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

GABRIELA PINHEIRO TRAVAINI BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público:

JOSÉ IVAN FERREIRA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

IVETE CECÍLIA MARABELLO FESTINO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

EDILEUSA CONCEIÇÃO SILVA LIMA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

LÚCIA ELIZABETH ROSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

NILCÉA ALVES GOMES – (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PÂMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MÁRCIA LAUTON DE OLIVEIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ALEX RICARDO FONSECA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

DANIELA MARTINS GALLI – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
GABRIELA PINHEIRO TRAVAINÉ BARRETO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO
MILTON COIFMAN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

PEDRO ALÉM SANTINHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
ALEXANDRE BONFIM FRANÇA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALDENIRA DE AGUIAR AMARANTE – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SHEILA VENTURA PEREIRA – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
ANTENOR GOMES GONÇALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
FABIANO DE OLIVEIRA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JOSÉ APARECIDO MAION – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IVALDO ROCHA LEITÃO FILHO – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
GABRIELLE MARIANA RODRIGUES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
MÁRCIA CASSIANA ROSA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA DAS DORES DE LIMA SOARES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NEUZA MARIA CÂNDIDO POLICASTRE – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIA LENI CLEMENTE DOS SANTOS – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
POLIANA COLOMBO BALDIN – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARIÂNGELA PACHECO COSTA – (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – AAG

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Cumprimenta a todos. Após verificação de quórum dá início a reunião Plenária. Agradece a presença de todos. Solicita ao Júlio que leia a pauta da reunião.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: – Faz leitura da pauta:

A - Aprovação da Ata da 312ª Reunião Plenária Ordinária

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- Apresentação do relatório de vistas do conselheiro André ao documento “calendário de análise dos instrumentos de gestão” elaborado pela Comissão de Políticas de Saúde;

- Conferências:

- 5ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Etapa da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Etapa da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
- 22ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo

- Situação da Dengue no município de São Paulo;

- Desdobramentos do fechamento do Hospital Municipal da Bela Vista;

- Proposta de alteração de data das reuniões plenárias ordinárias do CMSSP.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:

Pede inclusão da pauta do possível fechamento do pronto-socorro do Hospital Vermelhinho e sobre a insuficiência instalada no território da Vila Maria/Vila Guilherme com relação à incapacidade para atender a demanda com o fechamento.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Consulta o pleno sobre aprovação da pauta: Aprovada com modificações.

Passa à aprovação da ata da 312ª Reunião Plenária – aprovada por aclamação.

Informes da Mesa – Substituição do segmento usuários: Sr. Alex William Souza Soares em substituição ao Sr. Fábio Chagas – Movimento Social Comunitário, segmento usuários.

Dá boas vindas ao novo conselheiro, que diz ser da FACESP.

Segmento Gestor – Substituição –Sra. Márcia Cassiana Rosa em lugar do Sr. Fernando Aparecido da Silva. No momento ela não se encontra.

Informa ainda a complementação dos conselheiros do segmento usuários, Portadores de Patologias – Sheila Ventura e Aparecida Benedito complementam as vagas que estavam sem representação.

Informes dos Conselheiros:

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro:

Passa a palavra ao convidado Tarcísio.

Convidado Tarcísio Farias: Declara que ontem ocorreu audiência pública no TRT a respeito do Hospital Bela Vista.

Informes de Comissões:

Comunicação – Reinaldo César Yoshino de Lima, Conselheiro Suplente representante dos Conselhos Regionais Função Fim:

Explica que conseguiram no final do ano passado abrir Instagram do CMS, mas por questões burocráticas, caiu o Instagram. Derrubaram por falta de documentação. Precisam verificar a documentação e enviar. Vai solicitar colaboração do secretário geral do CMS.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: A Comissão LGBTIA+ fez reunião com apresentação da Política. Considerou bem avançada e a área técnica fez apresentação. Estão aguardando o MS, que se comprometeu a assinar a política especializada da população trans em substituição à que havia.

Pessoa Idosa – Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Precisam pautar na 22ª Conferência a questão da pessoa idosa.

COFIN – Francisco Ernane Ramalho Gomes, Conselheiro Titular representante dos Conselhos de Atividade Função Meio: Como todos os anos, a execução orçamentária, para dar continuidade o decreto será publicado amanhã e libera o sistema de execução orçamentária. Isso é muito importante. Orçamento do que está previsto para este ano.

Comprometimento das despesas de todas as pastas, inclusive a nossa da Saúde.

ORDEM DO DIA:

- Apresentação do Relatório de Vistas – Conselheiro André Ancelmo Araújo.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Diz que no seu entender, esse pedido de vistas, excedeu o prazo, pelo que leu no regimento Interno do CMS na cópia que lhe foi enviada. Faz leitura do Artigo 14 do documento. Diz que o pedido de vistas feito pelo conselheiro André ocorreu na 3ª reunião passada. Deveria ter sido apresentado o relatório no último pleno e não foi. Reconhece a pertinência do que o conselheiro André apresentou ontem a todos, sem exceção. Consulta o Pleno, se devem abrir exceção e permitir que leia o relatório de vistas ou não.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que não vai se opor ao regimento do CMS em hipótese nenhuma. Solicitou dilação de prazo no Pleno anterior porque teve problemas, com impossibilidade de participação. Mas se não conseguir, vai pedir vistas hoje novamente da apreciação do calendário. Explica que a Comissão de Políticas trouxe uma minuta de resolução que deve ser aprovada pelo Pleno. Pede vistas de novo.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: É da Comissão de Políticas – Fala dos prazos dos Instrumentos de gestão do SUS para serem analisados. Diz que não estão fazendo aqui as análises dentro do tempo. Há problemas com conferências, falta de tempo, mas não conseguiram entregar análise de 2023 que foi entregue aqui dentro do prazo, 31 de março.

ASPLAN já disse que vai entregar instrumento dia 31 de março referente ao ano de 2024.

Júlio Cesar Caruzzo, secretário Geral do CMS/SP Segundo o nosso Regimento em vigor, o André tem direito de apresentar o pedido de vistas dele.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Explica que pode ser apresentado hoje, mediante o novo Regimento Interno do CMS. O documento que foi enviado ao conselheiro Paulo Belinelo foi o documento elaborado pela conselheira Neide, com observações sobre o regimento. Segundo o Regimento em vigor, o conselheiro André está dentro do prazo, que é o terceiro Pleno para discutir a matéria.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Declara que o Júlio informou que o Regimento do Conselho seria revisado. Não recebeu a cópia do novo, publicado em dezembro.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: A Neide solicitou alteração no Regimento e isso paralisou o processo de envio.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: A publicação do DOC não tem assinatura do Secretário. Desde que chegou quer discutir o

Regimento. Todos os documentos são assinados pelo Secretário. Esse não foi. Perguntou o motivo e até agora não obteve resposta.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de Ordem – O ponto agora é o pedido de vistas e não a reformulação do Regimento do CMS.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: A Resolução sobre o Regimento do CMS é a 2/2023, publicada no Diário Oficial no dia 26 de dezembro de 2024, páginas 41 a 46. – Vai colocar no grupo de whatsapp do CMS.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Esclarece que as minutas de resolução aprovadas no Pleno são encaminhadas ao secretário, que homologa ou veta. Quando a resolução é homologada, é encaminhada para publicação, que só publica com a assinatura do Secretário. Nada é publicado sem a assinatura do Secretário.

José Ivan Ferreira, Conselheiro Titular representante do Poder Público: Declara que com relação a essa minuta dos calendários, dentro da própria Comissão pediu vistas porque não houve discussão nem foi uma construção da Comissão. O conselheiro Pedro Além Santinho, que é coordenador da Comissão trouxe no dia da reunião debaixo do braço a minuta pronta e colocou em votação. Pediu vistas e foi vencido, mas conversando com os territórios, soube que eles não foram consultados a respeito das datas colocadas lá. O calendário não foi discutido.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reflete que precisam se respeitar para conseguirem avançar. A minuta é pequena, pede ao conselheiro Walter que faça a leitura. E diz que não se trata apenas de escolher datas para analisar instrumentos, pois é muito mais que isso. É ausência de uma estruturação objetiva, de critérios objetivos e de uma atuação objetiva do Conselho para fazer com que a Resolução nº 15/2017 efetivamente aconteça.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de Ordem: Que as pessoas façam inscrições quando querem falar.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Faz leitura da Minuta da Comissão de Políticas.

MINUTA DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº ____, de ____ de _____ de 2024

Dispõe sobre o cronograma de análise, discussão e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) e da Programação Anual de Saúde (PAS), no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e demais instâncias de controle social.

A Comissão de Políticas de Saúde do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base nas disposições da Lei Complementar nº 141/2012 e da Portaria de Consolidação nº 1/2017, especialmente em seus artigos 94 e 99, resolve:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário para a apresentação, discussão e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) e da Programação Anual de Saúde (PAS), com a devida participação dos Conselhos Locais de Saúde, Conselhos de Supervisão, e instâncias de controle social do município.

Art. 2º. O Relatório Anual de Gestão (RAG), instrumento de prestação de contas da gestão em saúde, deverá ser apresentado até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, nos termos do art. 99, § 3º, da Portaria de Consolidação nº 1/2017, e sua análise seguirá o seguinte calendário:

Calendário de Análise do RAG:

Etapa	Prazo
Apresentação do RAG pelo gestor ao CMS	Até 30 de março
Iniciar Discussão nos Conselhos Locais de Saúde Comissão Saúde já avalia	Mês de abril
Discussão no Conselho de Supervisão ou Plenária Comissão Saúde já avalia	Mês de maio
Sistematização das contribuições pela Comissão de Política de Saúde	Até 15 de junho
Comissão Saúde De 01 de abril até 30 de junho	
Aprovação pela Comissão de Políticas de Saúde de proposta de Relatório	Até 30 de junho (aprovar antes p/ enviar)
Aprovação no Pleno Ordinário do Conselho Municipal de Saúde	Até final de julho

Art. 3º. A Programação Anual de Saúde (PAS), instrumento que estabelece as metas e prioridades para a execução das políticas de saúde no ano subsequente, deverá ser elaborada até o 15 de abril do ano anterior, e sua análise seguirá o seguinte calendário:

Paragrafo único: para os anos em que há elaboração do Plano Municipal de Saúde deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde calendário específico

Calendário de Análise do PAS com exceção dos anos de PMS

Etapa	Prazo
Apresentação do PAS pelo gestor ao Conselho	Até abril do ano anterior
Discussão nos Conselhos Locais de Saúde	Mês de 20 Maio
Discussão no Conselho de Supervisão ou Plenária	Mês de 20 junho
Sistematização das contribuições pela Comissão de Políticas	de 16 de abril até 15 de julho

Aprovar relatório pela Comissão de Políticas de Saúde
Incluir na lei orçamento LOAS Até Abril

Até 30 de julho

Aprovação no Pleno do Conselho Municipal de Saúde

Até 15 Agosto enviado para ASPLAN
para enviar para Orçamento

Art. 4º. A participação dos Conselhos Locais de Saúde, Conselhos de Supervisão, e demais instâncias regionais no processo de análise do RAG e do PAS será obrigatória, observando-se o princípio do **planejamento ascendente e integrado**, conforme o **art. 94, IV e VII, da Portaria de Consolidação nº 1/2017**, garantindo-se a construção das diretrizes, objetivos e metas com base nas necessidades de saúde da população de cada região.

Art. 5º. Caberá à Comissão de Políticas de Saúde sistematizar todas as contribuições oriundas dos Conselhos Locais e das Plenárias Ampliadas, consolidando-as em um documento final a ser submetido à apreciação e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, conforme os prazos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, revogando-se as disposições em contrário.

São Paulo, XX de XXXXX de 2024

Assinatura: Coordenação da Comissão de Políticas de Saúde
Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

Justificativa:

Esta Resolução visa formalizar os prazos e procedimentos para análise e aprovação dos instrumentos de gestão do SUS, promovendo a participação ativa dos Conselhos Locais de Saúde e demais instâncias, conforme preceituam a Lei Complementar nº 141/2012 e a Portaria de Consolidação nº 1/2017. Tal medida é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a democracia no processo de planejamento e controle social das políticas de saúde no município.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:
Faz leitura do pedido de vistas.

São Paulo, 22 de novembro de 2024.

Ao Plenário

Conselho Municipal de Saúde

Assunto: Pedido de vista da resolução que dispõe sobre o cronograma de análise e discussão e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) e da Programação Anual de Saúde (PAS), no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e demais instâncias de controle social. apresentada pela Comissão de Políticas Públicas em Saúde.

Prezadas e Prezados,

É INEGÁVEL que o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser ascendente, garantindo a participação plural e diversa de todos os segmentos da sociedade. Isso implica que as decisões sejam baseadas nas necessidades e demandas das comunidades locais, com a inclusão de usuários, trabalhadores da saúde e gestores em todas as etapas. A diversidade de perspectivas e experiências é essencial para desenvolver políticas de saúde mais justas e eficazes, promovendo equidade e transparência no uso dos recursos públicos e na prestação de serviços de saúde.

Da mesma forma, o monitoramento e a avaliação são responsabilidades intrínsecas dos conselheiros de

saúde. Esses processos são fundamentais para assegurar a transparência, eficácia e eficiência das ações e políticas de saúde. O envolvimento ativo dos conselheiros na análise e acompanhamento dos resultados é crucial para garantir que os objetivos sejam atingidos e que os recursos sejam geridos adequadamente. A participação contínua e crítica dos conselheiros é vital para a constante melhoria do SUS e para promover uma saúde pública de qualidade.

Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Saúde são fases interdependentes de um processo contínuo. Compreender cada uma delas é fundamental para assegurar que os territórios possuam um papel significativo no controle social do SUS. Vejamos cada fase individualmente:

Planejamento em Saúde: Define objetivos, metas e ações para melhorar a saúde da população. Envolve a identificação de necessidades, definição de prioridades e alocação de recursos.

Monitoramento em Saúde: Acompanha continuamente as atividades e processos de saúde para garantir a implementação conforme o planejado, com a coleta e análise de dados.

Avaliação em Saúde: Analisa sistematicamente os resultados das ações de saúde para determinar sua eficácia e impacto, identificando pontos positivos e áreas de melhoria. Aplicação Prática:

Planejamento: Realizado nas Conferências, o órgão máximo de deliberação do controle social no SUS. As necessidades identificadas tornam-se objetivos, metas e ações que são incorporados no Plano Municipal de Saúde e no Plano Anual de Saúde.

Monitoramento: A Secretaria Municipal de Saúde apresenta o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) a cada quatro meses, permitindo verificar o andamento das ações pactuadas.

Avaliação: No ano seguinte, a Secretaria apresenta ao Conselho o Relatório Anual de Gestão (RAG), que revela os resultados alcançados conforme o Plano Municipal de Saúde e o Plano Anual de Saúde, facilitando a identificação de acertos e erros para propor melhorias.

Dito isto, vamos à minuta da resolução que dispõe sobre o cronograma de análise, discussão e aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) e da Programação Anual de Saúde (PAS) no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e demais instâncias de controle social.

Quando foi criada a resolução nº 15/2017, que instituiu o processo de discussão e aprovação do RAG para descentralizar decisões, aumentar a autonomia das regiões e incluir a participação dos Conselhos Gestores de Saúde, essas prerrogativas não consideraram as fragilidades do planejamento e elaboração sistemática do Plano Municipal de Saúde. Até agora, estas fragilidades não foram enfrentadas pelo CMS e pela SMS, inviabilizando a efetivação da resolução.

O Plano Municipal de Saúde atual não é descentralizado, fazendo com que os demais instrumentos derivados dele também não sejam, tal como o RAG. Eles abrangem a cidade de São Paulo como um todo, sem definir ações, metas e objetivos por território. Portanto, como pode um Conselho STS analisar metas ou objetivos gerais e afirmar se foram alcançados em seu território específico?

Durante os últimos 7 (sete) anos desde a publicação desta resolução, poucos conselhos de STS enviaram uma "análise" do RAG a este conselho, e o principal obstáculo é: como vamos avaliar os dados da cidade de São Paulo como um todo? Dos que enviaram relatórios, pouquíssimos apresentavam os resultados locais.

Esse insucesso ocorre porque, ao longo dos últimos anos, observamos a incapacidade deste conselho de proporcionar uma formação objetiva aos conselhos locais através de sua comissão de educação permanente sobre o papel do conselheiro no monitoramento e avaliação dos serviços de saúde na perspectiva do controle social. Por exemplo, poderia ter sido abordado quais indicadores locais devem ser monitorados e como monitorá-los para posterior avaliação.

Não definimos um escopo objetivo contendo as ações, metas e objetivos locais a serem monitorados e avaliados pelos conselhos locais que, ao compor o todo maximizariam os resultados alcançados pelo município. Não padronizamos um modelo de relatório a ser entregue e, pior, não avançamos na descentralização do Plano Municipal de Saúde, a fim de que este considere as necessidades epidemiológicas territoriais.

Outro ponto da minuta do cronograma é a apreciação da Programação Anual de Saúde (PAS) pelas demais instâncias de controle social na cidade de São Paulo (conselhos de STS e de unidade).

Há anos, o CMS instituiu uma comissão de monitoramento e avaliação das Conferências, com o objetivo principal de efetivar as deliberações. As conferências, como mencionado anteriormente, são o órgão máximo

de deliberação do controle social no SUS, onde, de forma ascendente e plural, pactuam-se necessidades, prioridades, objetivos, metas e ações.

É importante destacar que, nos últimos 8 (oito) anos, poucas deliberações das conferências foram absorvidas no Plano Municipal de Saúde, e que, ao longo desses anos, observamos que as prioridades se repetem, ou seja, o anseio ainda é o mesmo em muitos territórios.

No entanto, ao longo do tempo, o CMS tem adotado práticas que enfraquecem a participação social e o controle das decisões no SUS. Em vez de incluir as deliberações das conferências nos instrumentos de gestão, temos "delegado" aos conselhos de STS e de unidades a responsabilidade que, na verdade, é deste conselho, uma vez que nos cabe a busca sistemática pela efetivação das deliberações das conferências. Isso evidencia a necessidade de reativar a comissão de monitoramento e avaliação das conferências, com o objetivo de garantir que as decisões pactuadas por todos, de forma ascendente, sejam efetivadas.

A Programação Anual de Saúde (PAS) é um instrumento de planejamento, portanto, deve conter obrigatoriamente as deliberações das conferências, cabendo ao CMS discutir com o órgão responsável pela elaboração deste instrumento a inclusão das propostas obrigatoriamente oriundas das conferências, sem que se torne um instrumento rígido, permitindo a inclusão de pactuações que reflitam o todo no contexto do controle social.

Conclusão

Antes de estabelecer um cronograma obrigando os Conselhos STS e de unidades a analisar um instrumento não descentralizado (RAG), é necessário garantir a descentralização do Plano Municipal de Saúde para que os demais instrumentos também sejam descentralizados. Na impossibilidade de descentralização imediata, devem ser indicados indicadores, metas e objetivos específicos para serem monitorados e avaliados localmente, contribuindo para que o município alcance as metas pactuadas no Plano Municipal de Saúde (exemplos: indicadores de vacinação, mortalidade, produção assistencial e qualidade dos contratos de gestão).

Diante dessas necessidades, é imperativo revogar a resolução nº 15/2017 até que o CMS resolva os problemas estruturais que inviabilizam seu cumprimento pelos Conselhos STS e unidades, bem como definir um escopo objetivo contendo os principais indicadores locais a serem monitorados e avaliados pelos conselhos.

Concluo solicitando que a comissão de políticas públicas de saúde:

I Retire da pauta o calendário;

II Estabeleça objetivamente os critérios de monitoramento e avaliação das ações de saúde constantes dos instrumentos de gestão que serão analisados pelos conselhos de STS, considerando a especificidade e os dados local;

III Crie um modelo padrão de relatório que deverá ser entregue pelos conselhos de STS e unidades no que se refere à avaliação dos indicadores, metas e objetivos pactuados no Plano Municipal de Saúde, considerando a especificidade e os dados locais;

IV Restabeleça a comissão de monitoramento e avaliação das conferências, a fim de que as deliberações ali tomadas sejam efetivadas.

Certo da atenção e deferimento, despeço-me manifestando elevados protestos de estima e distinta consideração.

ANCELMO ARAUJO, ANDRE

Conselheiro Municipal de Saúde

Segmento Usuário – Movimento Social e Comunitário

A lei diz que o Planejamento deve ser ascendente, ou seja, você realiza uma conferência, todos do território participam dessa conferência, você propõe as ações, as prioridades, isso é planejamento ascendente.

Depois disso é monitoramento e avaliação, o que não estão conseguindo fazer. O que está trazendo aqui é que precisam envolver os Conselhos de território na execução das políticas e do planejamento que ajudaram a construir no momento do Plano Municipal. Precisamos envolver conselhos de territórios, mas precisamos

instrumentá-los. Dizer o que precisam avaliar, o que eles têm que entregar para quando o CMS avaliar o todo da cidade, saber, por exemplo, que a cidade alcançou o índice de 90% de vacinação. SACA, no ano retrasado não tinha atingido 65%. Era o pior distrito da cidade em vacinação. Mas isso não está posto no Plano Municipal de Saúde nem no RAG, porque ali é o conjunto do todo. Está dizendo que se não conseguirem descentralizar os instrumentos, têm a obrigação de subsidiar os Conselhos com as informações necessárias para que eles acompanhem, com os dados locais, a sua realidade e consigam, a partir disso, contribuir significativamente dentro do controle social do SUS e pra a saúde nos seus territórios.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Leu o relatório do André e tem acordo. Em 2016, recusaram-se a fazer análise dos Instrumentos de Gestão sem consultar as bases, porque a construção do Plano Municipal de Saúde tem que ser feita pelas bases. Sabem que muitas vezes quem faz não é a base, mas a própria Supervisão e a Coordenadoria sintetizam. Então, tem que ser feita de forma ascendente. Com relação aos prazos, existe a Lei nº141 que normatiza as datas. O problema é que se tem que passar primeiro nas bases, não pode chegar aqui em cima daquela data porque a 141 preconiza. Senão, a Política de Saúde, COFIN e as outras Comissões, porque sempre acreditou que não só uma ou duas comissões deveriam analisar, mas sim todas as comissões deveriam fazer essa análise, mas com prazo para entregá-la, baseadas naquilo que vem das bases. Se cada base fez a sua construção, ela sabe o que encaminhou para entrar no Plano Municipal de Saúde, por exemplo. No que foi atendida ou não. Cita o exemplo da Penha, que fez análise e não tinha sido feita nenhuma ação na saúde mental. Voltou o documento e eles acharam várias coisas que tinham sido feitas na saúde mental. É esse tipo de calendário que precisam criar na base e que não apertem as comissões daqui. Que tudo seja encaminhado de acordo com o que pede a Lei nº141. Considera o conselheiro André certo nos seus questionamentos. Pergunta se é a ASPLAN que deve dar subsídio para as bases. Se for, devem dar apoio às bases. Está dando exemplo. Seja a ASPLAN, sejam as áreas técnicas. Eles precisam ser orientados. Pergunta se não deveriam devolver o assunto para a Comissão de Políticas discutir um pouco, ou se passam no próximo Pleno, mas precisam resolver essa questão do calendário.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Agradece aos membros da Comissão de Políticas que se debruçaram sobre o assunto. Achaque é problema antigo. Reflete que O RAG não é um relatório territorializado. Participou da análise do RAG e observou isso. Não há detalhamento sobre os territórios. Acha que esse é o problema central. Não se tem uma análise em campo. Acha que os territórios devem se manifestar, mas o RAG é do município. Precisam tentar construir com ASPLAN que as ações sejam efetivamente territorializadas, porque senão os territórios vão continuar não conseguindo avaliar. Acha importante o calendário, mas concorda com o conselheiro André. Cita exemplo de vacinação, porque o município pode cumprir a meta mesmo que algum território não tenha conseguido e isso não se vê. Propõe que a Comissão de Políticas receba essa manifestação e converse com ASPLAN.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Lembra que na Comissão de Políticas Públicas tiveram 2 reuniões com ASPLAN – chamaram todos os AGP, não conseguiram muitos. Conseguiram participação de 17 – saber o que tinha a contento e o que não nas STS, o que batia do RAG e da PAS.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Instância máxima de deliberação do controle social é Conferência de Saúde. Toda a legislação diz isso. A conferência é local de planejar. De estipular as prioridades. Temos que tirar as propostas principais e objetivos principais da conferência. Propõe que a Comissão volte a discutir. O PMS contém não o todo que a gestão executou ou vai executar durante o quadriênio, assim como o RAG não reflete, da parte orçamentária, apenas a execução das ações que estão programadas na programação daquele ano. A análise do RAG é feita do ponto de vista assistencial, do ponto de vista financeiro-orçamentário, só que não reflete apenas aquilo que estava previsto ou pactuado no instrumento. A lei diz que o CMS tem a obrigação de avaliar o RAG e a PAS, dentro dos prazos estipulados. O RAG não tem prazo, porque já passou, mas é bom fazer avaliação do RAG

dentro de curto espaço de tempo para que se consiga olhar aquilo que foi errado e tenham condições de propor correções ao longo do RDQA. Precisam dizer aos territórios aquilo que esperam deles. Isso não está escrito na minuta de resolução. Agora, são dois momentos: aprovar ou não o parecer e aprovar ou não o calendário.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Declara que por mais que enviem o calendário, muitas das STS não respondem a contento. Esta é a dificuldade que enfrentam. Precisam criar um elo. Este é o CMS, que é reconhecido mundialmente. Precisam resolver esse contratempo.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Acredita que o melhor encaminhamento seja a devolutiva à Comissão de Políticas., para que faça a discussão e posteriormente solicite à ASPLAN e outros órgãos para oferecer subsídios. Considera fundamental que a educação permanente faça parte desse processo. Toda a EMS foi remodelada e tem nova equipe se formando. Foi sugerido que eles se apresentem aqui porque é inadmissível os territórios ficarem sem educação permanente com tantos novos conselheiros, até para os trabalhadores e gestores. A EMS precisa apresentar ao CMS o que pretendem fazer. Que a comissão de deliberações das conferências seja reativada. Pede ao Pleno que se manifeste com relação a esse encaminhamento.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Diz que todo esse conteúdo que o conselheiro André colocou em seu relatório não compete à Comissão de Políticas. Até concordam, mas não é a Comissão que vai fazer isso. São consolidadores das bases. As AGP solicitaram calendário de base para que possam trabalhar em cima disso. Querem documento de base ; não querem aqui no Conselho criar o documento. A data é só para tentar discutir.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Esclarece que a proposta do conselheiro André é que não se coloque um calendário para as bases.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Diz que não é isso. Assim como essa minuta não é só para fixar um calendário. Cita os artigos 4, 5 e 6. Se é a Comissão de Políticas que tem até o presente momento a atribuição deste Pleno de analisar a parte assistencial, o planejamento, a programação, as ações, etc. é ela que tem que dizer para o território o que espera dele. Sugere que volte para a Comissão de Políticas, que ela avalie isso, que ela dialogue e que retorne no próximo Pleno com uma minuta que seja capaz de superar a ineficiência dos instrumentos que existem hoje e que possibilite, de verdade, que os territórios façam o melhor dentro do controle social. Porque esta proposta não é boa. Se este calendário fosse bom, já teríamos aqui, porque consta da resolução 15/2016.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS/SP: Diz que regimentalmente o parecer do conselheiro André deve ser votado. Se o parecer for aprovado, volta para a Comissão de Políticas Públicas discutir tudo isso e fazer adequações. Sendo reprovado, a minuta será aprovada do jeito que está. **Coloca em regime de votação nominal.** –Paulo – A, Adão - s, Benê C, Fátima, Gabriel, Ivonildes, Alex – s, Zito, André -s, Carlos - s, Walter – s, Roselânia -s, Ivanildo -s, Ângela – s, Amélia -s, Rosemeire C, Durval, Ernane -s, Neide – C, Ivaldo -s, Paulo, Neusa, Isabel - C e José Ivan – s.

Abstenção - 1 S - 14 C – 5.

Resultado – **Aprovado parecer com 14 votos, relatório de vistas do conselheiro André Ancelmo Araújo.**

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Declaração de voto: Declara que a partir deste Pleno, não pretende votar mais, porque está assumindo um papel de coordenador da reunião e não acha justo,

porque seu voto seria o voto de minerva. Precisam definir qual é o seu papel aqui, porque quando falta o Secretário, que nunca veio, fica no papel de presidir o Pleno. Precisam tomar algumas decisões aqui nesse caminhar. Absteve-se e vai se abster todas as vezes que forem necessárias, enquanto estiver nessas condições.

Próximo Ponto de Pauta – Conferências

- 5ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Etapa da 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Etapa da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
- 22ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo

Relata que hoje pela manhã houve reunião muito produtiva. Estiveram presentes as AGP locais, numa discussão para tirar dúvidas. Há 3 Plenos, pré aprovaram o Regimento. São duas conferências e o processo está adiantado.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Vai focar no Regimento das Pré-conferências que precisam aprovar hoje. Avisa que está como relator, mas vai sair de férias em fevereiro e vai deixar pronto. A Comissão de Relatoria vai tocar. Estavam aguardando o número de vagas. Terão para a

5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de São Paulo, 48 vagas. Serão 16 vagas para a Nacional. Isso significa que o número de delegados, o tamanho da delegação será a mesma da Conferência de Gestão do Trabalho.

O CES não aceita propostas, só diretrizes. O Regimento já havia sido pré-aprovado, como disse o conselheiro Belinelo, mas decidiram adotar uma nova metodologia dentro da 22ª Conferência Municipal de Saúde, que está acontecendo porque vão eleger diretrizes e propostas para o Plano Municipal de Saúde. Existe um problema porque nas últimas conferências, as diretrizes nelas tiradas não entraram nos Planos. A ASPLAN sempre publica um documento explicando por que as diretrizes não entraram. Indica diretrizes que se aproximam da intenção apresentada. De qualquer forma, as diretrizes não entram. Não estão conseguindo elaborar diretrizes de forma adequada nas conferências para entrarem no Plano. Para tentar resolver isso, conversaram com ASPLAN, relatando que precisavam de outra metodologia. Então, não vão mais eleger diretrizes e propostas dentro das pré-conferências, mas problemas e ações. Lembra que serão 14 pré-conferências porque foi esse modelo aprovado e pactuado em dezembro com a gestão.

Serão 768 pessoas delegadas e 32 convidados. Estão conversando para fazer esquentas nas CRS. São 4 eixos para a Conferência Municipal de Saúde Vão eleger até 3 ações prioritárias por eixo nas pré-conferências. Chegando na Conferência, que consigam construir as diretrizes e propostas para que entrem no Plano. ASPLAN pretende estar junto para casar as ideias e ajudar a resolver os problemas que têm tido com as propostas e diretrizes. Explica que os delegados são por STS porque é mais fácil dividir assim. As CRS que farão mais de uma pré-conferência vão agrupar e decidir os delegados no território. Só que as vagas estão por STS e orientaram as regiões para respeitarem e sobrando vagas, que sejam distribuídas na mesma CRS. Na Conferência de Gestão do Trabalho não aconteceu isso e tiveram perda de vagas. Quanto às inscrições, diz que têm tido há anos muita briga na Comissão de Credenciamento e Homologação porque as fichas que vêm dos territórios

chegam erradas, incompletas. Para tentar resolver essa questão, as inscrições agora são online, por link que vai ser passado para todos. As pessoas vão se inscrever nesse link, colocar os dados e na pré-conferência, podem continuar se inscrevendo enquanto o credenciamento estiver aberto e assinam uma lista de presença. Vai ser bem simples, contendo nome, eixo e assinatura. Esta lista será analisada pela Comissão de Credenciamento e Homologação para verificar se está tudo certo. Houve muita discussão sobre esse link, algumas pessoas acham que vai haver dificuldade, mas não existe outra opção além desse mecanismo.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Relata que mencionou hoje pela manhã e repete aqui

que a inscrição para a Estadual e para a Nacional será só pelo link. Que as STS disponibilizem pessoas pra acompanharem pessoas com maior dificuldade, precisam ajudar nas inscrições nas regiões. Acredita que não haverá problemas. Lembra que os conselheiros municipais precisam acompanhar, não só no dia dos eventos, mas nas comissões organizadoras locais, nos esquentas, dando suporte necessário, levando aqui no CMS e na Comissão Organizadora dificuldades encontradas e como devem agir. Essa é a função e obrigação do conselheiro. Tem muitos lugares com dificuldades e espera que ã próxima reunião, os conselheiros que estiverem acompanhando regiões deem seus nomes. O documento norteador da 22ª Conferência ainda não está pronto, mas ficará em breve. Foi disparado para todas as regiões o link de inscrição. E muitas regiões disseram que não receberam. Isso não pode acontecer. O conselheiro Reinaldo da Comissão de Comunicação vais disparar várias coisas, mas os conselheiros das bases precisam ficar atentos. Precisam aprovar o Regimento e o logo, que foi encaminhado para todos.

Reinaldo César Yoshino de Lima, Conselheiro Suplente representante dos Conselhos Regionais
Função Fim: Fala da falta de computadores para as regiões.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Relata que muitos AGP levantaram questionamentos a respeito de problemas com internet, falta de computadores para os esquentas e pré-conferências em alguns locais. Lembra dos tablets que foram distribuídos e estão em revisão, para que seja disponibilizado pelo menos um para cada pré-conferência para serem usados.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Explica que tem uma previsão dentro do contrato de gestão que é uma obrigatoriedade das OSS, sendo inclusive um indicador de qualidade, que elas têm obrigação de comentar, contribuir, incentivar, etc. Elas têm condições financeiras para contribuir com o processo, porque são parceiras.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Diz que concorda em gênero, número e grau com o conselheiro André. As STS e CRS devem trabalhar com isso, com as parceiras de suas regiões. Acha que vai ter entendimento.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que existem realidades diferentes. Cita o fundão da Zona Sul, que tem dificuldades de acesso à internet. Tem lugares no Nordeste brasileiro com acesso mais fácil do que em parselheiros, por exemplo. Considera o link muito complicado. Para gestores e trabalhadores não haverá problemas. Acha que vai esvaziar a pré-conferência essa questão de inscrição antecipada por link. Acredita que essa questão de ser por algumas STS já dificulta a participação por conta da distância.

Benedito Alves de Souza, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Diz que em sua casa possui 6 notebooks, caso alguém precise, e cada um custa 6 mil reais. Parece que existem desentendimentos com alguns AGP. Cita caso em que numa pré-conferência do Centro, o conselheiro Municipal do Centro sequer foi convidado. Quer deixar isso registrado para evitar qualquer tipo de problema. Foi falado por alguém que ele quis impugnar uma conferência. Faz o seu papel de conselheiro. Sempre participa. Percebe dificuldades. Mas quando não é convidado, não vai.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários:
Lembra que vários conselheiros moram na região central. Cita ele próprio, a Ivanilda, não só os conselheiros Benedito e Marcionília, que são do MPS Centro. Assim ocorre em outras regiões. Não querem criar celeuma. Querem agregar valor.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Lembra que conselheiros municipais são natos na conferência municipal, mas pra isso, precisam participar de pré-conferência para ser delegado. Fala isso porque sempre acontece caso de conselheiro não participar e depois chega na conferência e começa a brigar no credenciamento. Consta do regimento. É necessário se credenciar no link e assinar todas as listas. Recomenda-se que os usuários participem de sua região de moradia, que os trabalhadores próximos ao local de trabalho. Há exceção para portadores de patologias.

Adão do Carmo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: É solidário ao conselheiro José Luiz, Zito, com relação à dificuldade do segmento usuário na região dele para ajudas nas inscrições via link para as Conferências. Precisam ajudar o companheiro.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Já foi combinado na reunião ocorrida hoje pela manhã que haverá pessoas para ajudar essas regiões. Caso não haja, não tiver internet, as pessoas vão preencher a ficha na hora e que depois será transmitida pela AGP ou alguém da comissão organizadora local. De qualquer maneira a inscrição será feita. Ninguém vai até a pré-conferência e sair sem participar por este motivo. A participação está garantida. De um jeito ou de outro.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Avisa que o link da municipal só vai ser disponibilizado depois do dia 22 de fevereiro que é quando acontecem as pré-conferências da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O link de participação da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora já está disponível. Isso é para as pré-conferências. Vai colocar todos os links de inscrição nos grupos para divulgação. Caso a pessoa tenha dificuldade com os links, as Coordenadorias se comprometeram a ter alguém lá para ajudar desde já nas inscrições. Quanto ao ponto dos trabalhadores, na lei e no regimento diz que o ponto tem que ser assegurado. Nos profissionais da direta, não há relato de problemas, mas nos profissionais da indireta, a Secretaria diz que não consegue intervir e depende de cada OSS. Lembra que a última Conferência aconteceu no pior momento da dengue no município e os trabalhadores estavam de plantão, trabalhando. Isso acontece.

Convidada Alana: É difícil a organização dos sindicalistas. Fala da importância da conferência livres e das pré-conferências que facilitam a participação das bases.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: As Conferências livres são a nível de Conselho Estadual e Nacional.

Adão do Carmo, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Fala da participação do trabalhador terceirizado. Eles sofrem, são monitorados, e, dependendo da situação deles, podem ser dispensados. O controle social não pode de forma alguma esquecer essa questão, que considera muito séria. Precisam trabalhar essa questão e fazer valer o direito desses trabalhadores.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMSSP: Quando apetece à Organização Social por interesses próprios, ela libera seus funcionários. Quando é de interesse a participação é efetivada. Quando não, o trabalhador não é liberado. Isso entristece porque o trabalhador pode ser da OSS ou da direta, é interesse nosso a participação. Aí entra o jogo político da coisa, que é o contrato feito com essas parceiras. Solicita à Comissão de Contratos que olhe para esse tipo de coisa porque acontece e vai acontecer. Sabem quais instituições são tranquilas quanto à participação de seus trabalhadores nas conferências e as que retém com assiduidade maior.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Relata que já viu casos em que o ponto era batido na hora da conferência.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: Registra sua preocupação com os trabalhadores. Não quer fazer distinção entre trabalhadores. A participação é dificultada para todos os trabalhadores. Existe problema grande quando se fala da participação tripartite. Os trabalhadores não serão liberados. Será conferência bipartite, entre usuários e gestores. Serão duas conferências em período muito curto. Estão sendo pressionados neste momento por todas as pandemias existentes no mundo. Existem doenças sazonais de dengue, febre amarela, covid, que ainda causa mortes, O desmonte da saúde está dado. Existem trabalhadores da direta, que são minoria, impedidos de participarem pela carga de trabalho imensa, não são dispensados. Considera que duas conferências juntas são improdutivas para participação dos trabalhadores. Que isso não acontece mais. Que fique registrado. Que seja notificado o CNS que esse calendário não é executado de forma prática, porque a participação dos trabalhadores fica inviável. E se não conseguirem nessas, nas próximas consigam.

Os trabalhadores não conseguem se manifestar. É revoltante participar de uma conferência e presenciar um colega de trabalho que não pode falar o que ele precisa falar, o que está acontecendo de errado no SUS, que é uma política de saúde e ele não poder dizer nada porque vai ser demitido. Precisam garantir a participação de todos os trabalhadores, tanto da direta quanto das OSS, que às vezes querem a participação, dando folgas, disponibilizando ônibus e outras vezes dizem agora vocês não participam mais. Que fique registrado.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMS/SP: Considera válido o registro da fala da conselheira Priscila e informa, com felicidade, que quem assumiu em janeiro a presidência do CNS é uma trabalhadora que sabe o que está acontecendo. Ela, a Fernanda, é psicóloga está sabendo disso, conversa muito com ela. Está sugerindo uma série de programas para os conselhos de base, está fortalecendo os 5.670 municípios do Brasil com relação a isso e as conferências também com a sensatez de que todos participem, usuários, gestores e trabalhadores. A Fernanda está nos representando e está dando o melhor de si. Passa ao ponto de votar o Regimento e o logo da Conferência.

Reinaldo César Yoshino de Lima, Conselheiro Suplente representante dos Conselhos Regionais
Função Fim: Explica o modelo do logo – foi enviado para ASCOM para alinhar os padrões. O logo foi criado com a participação dos membros da Comissão de comunicação. Combina e contempla os eixos. A Comissão trabalhou a estruturação do logo. O objetivo é o fortalecimento do SUS. Existem regras para a publicação do símbolo do SUS. Foram criados 3 modelos. Exibidos na tela.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMS/SP: Coloca em regime de votação:

- Aprovação do logo da 22ª Conferência Municipal de Saúde: **aprovado o logo com o símbolo do SUS em azul no centro.**

- Aprovação do Regimento das Pré-Conferências da 22ª Conferência Municipal de Saúde – **aprovado.**
Aprovação do Regimento da 22ª Conferência Municipal de Saúde. **Aprovado com modificações feitas pela Comissão de Relatoria e Comissão Organizadora.**

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão/Executiva do CMS/SP: Passa ao próximo ponto de pauta.

- **Situação da Dengue no município de São Paulo** - Área técnica não compareceu.

Relata que ontem pela manhã se reuniu o Secretário Estadual de Saúde, com COSEMS e a situação está crítica. Guarulhos está com 80 mil casos. Propõe convidar Dra. Helena do Estado. Acredita que o secretário deveria estar presente hoje para dar algumas informações. Teve mudança na COVISA, na Atenção Hospitalar. Que equipe técnica esteja presente na próxima reunião.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: Sugere a realização de reunião extraordinária da Comissão de Vigilância em Saúde, da qual faz parte, para trazer alguma coisa mais resumida para o Pleno.

Ivaldo Silva, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Declara que o momento é crítico. Aumento de casos de todas as viroses possíveis. Vai ter aumento ainda.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Passa ao próximo ponto de pauta: - **Desdobramentos do fechamento do Hospital Municipal da Bela Vista;**

Convidado Tarcísio Farias: Relata que ontem teve audiência no MPT e a decisão tomada estabeleceu que cerca de 338 trabalhadores serão demitidos em 45 dias.

Foi lembrado que aqui no CMS, a Dra. Marilande declarou que poderia colaborar no sentido de encaminhar os currículos dos demitidos para todas as OSS para aproveitamento e diminuir a questão do desemprego. Foi marcada nova reunião para daqui a 30 dias. Propõe que o CMS convide o Sindicato Patronal das OSS para participar desse processo.

O MPS Centro aprovou na reunião do Conselho Gestor da STS Sé no final de novembro do retorno imediato do Hospital Regional do Centro aqui no prédio. A SMS tem contrato de locação aqui, o CMS está instalado neste prédio, e precisaria aditar o contrato e acrescentar com a UNINOVE e fazer esse hospital funcionar. Não existe nenhum leito municipal SUS hoje no Centro de São Paulo. A Santa Casa, que é estadual, está em processo de ser hospital referenciado. Teve indicação de UPA na Santa Cecília. Querem hospital regional geral no território do Centro de São Paulo. Agradece aos sindicatos que estão apoiando essa luta de 20 anos.

Neide Aparecida Sales Biscuola, Conselheira Titular representante da Associação dos Profissionais Liberais: Informa que a reunião de ontem foi no TRT. Foi a segunda reunião. A SMS não compareceu em nenhuma das duas. Portanto, a promotora ontem pediu para a cidadania interferir, porque neste momento lá no Ministério do trabalho, só se cuida de trabalhadores. E os usuários que usavam esse serviço? Onde estão/ Quem está tomando conta? Isso é obrigação do município. Já foram oferecidos 9 milhões para pagar essas rescisões. Mas cita que há trabalhadores estáveis, há várias situações que não é só fechar e deixar, porque vai ter que ser pago muito mais que isso. A situação é muito complicada.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Hoje tem um processo trabalhista. Quem tem que pedir ingresso são as partes. O MP foi oficiado desde o ano passado sobre esse fechamento. O controle social não é parte envolvida. Quem nos representa é o secretário Zamarco. Precisam se esforçar para ter quórum qualificado sobre essa questão. Já aprovamos Resolução sobre o fechamento deste hospital. Precisamos resgatar essa Resolução e votar novamente. Hoje, não há quórum qualificado. Fica tarefa para fevereiro. Precisam atender a essa demanda legítima. Acha que a SMS já demonstrou sua intenção e não demonstrou até agora interesse. A Vigilância do Estado já vistoriou outros locais e deu OK para equipamentos que estariam disponíveis.

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Ontem o Sindicato dos Enfermeiros esteve representado nesta reunião (audiência). A audiência estabeleceu que a OSS terá obrigação de dizer quem são e quantos enfermeiros, Relação de enfermeiros. A homologação será feita no Sindicato. Regimento de indenização discutida entre OSS e a SMS. Ficou claro que a SMS precisa determinar como fica a questão de hospital na região Central para atendimento de pessoal de vulnerabilidade, que era atendido neste hospital que foi fechado, principalmente acometido de TB. A população precisa do hospital no Centro.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: Dificil ouvir que o município decidiu que um hospital deixa de existir por conta de uma autuação da

Vigilância. Esse hospital já tinha sido vistoriado diversas vezes. Foi colocado que deveria haver um plano e a decisão foi do município, não da Vigilância. Foram sugeridas adequações, o prazo foi concedido e frente à inação do município, é que se determina que haja fechamento. Portanto, dali para a frente, a responsabilidade é do município

Ivonildes Ferreira da Silva, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Ficou acordado na audiência que cada trabalhador levaria o currículo na rescisão para que possam ser distribuídos em outras OSS, para ver se esse trabalhador possa ser absorvido por outra OSS.

Convidada Débora Aligieri – Traz algumas informações sobre o que estão fazendo pelo Gabinete do Vereador Hélio Rodrigues. São duas questões principais: as demissões dos trabalhadores e a perda de leitos na região central da cidade. Já existe uma escassez de leitos e perdem um pouco mais. Fizeram um requerimento solicitando mais informações sobre as vistorias realizadas no Hospital Bela Vista. Têm informações de que foram feitas 3 vistorias. Estão tentando saber sobre esses laudos, que medidas foram tomadas para regularizar a situação antes do fechamento do hospital, só que esse requerimento ainda não teve resposta. Vão reiterar o pedido após o recesso parlamentar.

O outro requerimento era em relação ao número de leitos disponíveis na região central de São Paulo. Há casos de pacientes que eram ao Bela Vista para realização de exames e que agora são encaminhados para o Hospital Heliópolis. É uma distância absurda. Houve um caso de falecimento nesse trajeto dentro da ambulância. Tiveram de resposta a esse requerimento: Há, no Centro de São Paulo, 1.366 leitos, considerando consultórios também. Só que desses, 1.094 são da Santa Casa. Então, vê-se a situação. Os equipamentos foram adquiridos pela IABAS e transferidos para a APNE e ficarão desativados até serem melhor aproveitados.

Retornando as atividades na Câmara Municipal vão lutar pelo Hospital na Região Central e enquanto não tem, usar o Storópolli.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Próximo Ponto – Proposta de alteração de data das reuniões plenárias do CMS – referente a não vinda do presidente e Secretário Dr. Luiz Carlos Zamarco sob alegação que nessas datas e mesmo horário teria reunião com o Prefeito. Respeitam, mas já fizeram alguns questionamentos sobre quais dias ele teria disponíveis para poder participar. Mediante a resposta de que datas pode participar, vão estudar a possibilidade de mudar a data do pleno, porque nada mais justo do que ele presidir as reuniões plenárias. É óbvio que ele tem inúmeras atividades e haverá dias em que ele não vai poder participar, mas é diferente. Os usuários e trabalhadores são capazes de tocar a reunião, mas o poder da caneta quem tem é ele. Verbalmente já encaminharam essa questão através do Ivan, do próprio Fábio Propõe oficializar isso e encaminhar. Se ele não puder, que indique outro ou abra mão da presidência do CMS, que é o único do Brasil a ter um presidente do Conselho que é o secretário. Até o Dr. Eleuses Paiva, do Estado, já abriu mão. Diz que se fosse gestor, trataria a mão de lá o Conselho, porque teria 64 conselheiros trabalhando a seu favor, dizendo tudo o que estava acontecendo nas regiões sem gasto nenhum. Cumprimenta a volta da conselheira Sheila. Estavam juntos no CES. Passa ao próximo e último ponto de pauta, inclusão solicitada pelo conselheiro André.

Próximo Ponto – Fechamento do PS do Hospital Vermelhinho.

Convidada Lourdes – Em dezembro, dia 18, na última reunião realizada na STS, foi informado que não era oficial, era simplesmente uma especulação, mas que o José Storópolli iria fechar o PS. Mas que era especulação. Na 1ª reunião da AMA/UBS Jardim Brasil, o representante da SPDM compareceu e passou a informação que houve reunião no dia anterior na STS e que a UPA III na região do Parque Novo Mundo foi alagada. Passou até na reportagem da Rede Globo. E o que era uma especulação passou a ser verdade, o representante falou que fecharia o PS do Vermelhinho e estavam cogitando uma UPA no Jd. Brasil, que é muito grande. O Conselho gestor aprovou. É conselheira, mas não é titular. Acredita que esteja havendo um

desmonte, porque o São Luiz Gonzaga também não está mais tendo atendimento porque tem UPA lá perto. O hospital do Mandaqui está indo pelo mesmo processo, diz. É conselheira usuária, juntou-se com a Valdirene que é de uma associação e vieram pedir socorro no CMS.

Convidada Valdirene: Lembra que a UPA que foi alagada tem 6 meses de entrega. A UPA teve estrutura comprometida. Querem mudar para lá – UPA Pq. Novo Mundo e fechar o PS do Vermelhinho, que é um hospital muito importante para a população local. Acha que não tem condições. Pede Socorro para que isso não aconteça.

Convidada Maria Isabel (Bebel): Reclama da falta de comida hoje porque a reunião é muito longa. Mora na Zona Norte, na Vila Medeiros. Neste momento é assessora da deputada Érica Hilton Esteve na reunião da STS, com presença do diretor do Hospital Storópolli e da UPA. Considera que as falas dos dois foram muito preocupantes. Não apresentaram números de atendimentos do PS. O diretor de UPA apresentou número da UPA Vila Maria, dizendo que de julho a dezembro de 2024, foram 102 mil atendimentos na UPA Vila Maria, isso com o PS do Vermelhinho aberto. Fica muito evidente que o tempo de espera vai aumentar e as pessoas não terão para onde correr. O São Luiz Gonzaga, que é próximo ao território, já tem atendimento referenciado. Que não tenham mais um local fechado. Se ficarem só com a UPA Parque Novo Mundo não vai ter para onde a população correr. Em nome da vereadora Amanda Paschoal fizeram requerimento de informação sobre as possíveis datas. O diretor do Vermelhinho disse que em 3 meses vão fazer esse fechamento gradativamente e que ninguém vai deixar de ser atendido, mas será orientado a ir para outro lugar. Apela o CMS para que não deixem mais uma porta ser fechada. Existem muitas promessas, mas diz que uma porta será fechada.

José Luiz dos Santos, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha que o CMS deve dar total apoio. Ao invés de construírem mais hospitais, estão fechando prontos-socorros. As UPAS não dão conta. Propõe que se peça esclarecimento o mais rápido possível ao Secretário da Saúde.

Gabriel Motta Sousa, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita que a área técnica venha e apresente os números. Como a população vai ser atendida, qual impacto vai trazer para a região. Como a população vai ser atendida, quais serão os encaminhamentos

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Pergunta se o conselheiro José Ivan tem alguma informação. Acha que o encaminhamento está correto. Pede que enviem documentação, relatório, ata para encaminhar para a comissão pertinente e para solicitar presença da área técnica. Diz que conhece o Storópolli de longa data. Que desde 2006, 2007 apresenta problemas. Também visitou com a conselheira Cirlene, a nível de estado, o hospital do Mandaqui. Há problemas políticos ali. Precisam de documentos para encaminharem porque considera inadmissível ficarem sem uma unidade hospitalar na região. Só podem se posicionar mediante documentação por escrito o quanto antes. Que enviem com a máxima urgência.

Priscila Pereira Tancredi, Conselheira Suplente representante da Associação dos Profissionais Liberais: O município tem feito movimento de referenciar UPA e fechar PS de hospitais. Isso precisa ser discutido na Comissão de Políticas. Precisam abrir leitos de retaguarda. As pessoas acabam ficando internadas dias nas UPA sem transferência. UPA não tem suporte adequado, e as pessoas não têm como melhorar dentro de 24 horas, como prevê a sua legislação, são encaminhadas para leitos de retaguarda. Assim, fecham leitos nos PS, mas não abrem leitos de retaguarda para receber pessoas das UPA. O que temos são pessoas internadas e tratadas na UPA de uma forma que não é adequada. A UPA não é para isso, mas não tem para onde mandar o paciente. Isso traz um desvio de finalidade do equipamento. Querem que abram UPA, mas com leitos de retaguarda.

Paulo Roberto Belinelo, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Leste, Coordenador da Comissão Executiva do CMS/SP: Mais uma vez solicita que documentação seja enviada. Lembra da responsabilidade dos coordenadores de comissões nas conferências. Encerra a reunião às 17h45, desejando a todos um Feliz 2025. Parabeniza a ex-conselheira Flávia Anuniação pelo seu aniversário nesta data.

Conselho Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Saúde, Rua Siqueira Campos, 176, -4 – Liberdade
CEP: 01509-020 - Telefones: 5461-8815, 5461-8816, 5461-8817, 5461-8818, 5461-8819, 5461-8821, 5461-8822
E-mail: - cmssp@prefeitura.sp.gov.br

ⁱ R atendida, quais serão os encaminhamentos